



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE CULTURA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2016.

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com o intuito de debater o tema “Desafios e Obstáculos para a Valorização da Escola Pública”.

Nos termos do inciso III, do art. 24, combinado com o art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, seja realizada Audiência Pública para que debatamos com entidades de educadores, alunos e outras autoridades com profundo conhecimento em educação, os desafios e os obstáculos para a valorização da escola pública.

JUSTIFICAÇÃO

O tema permite discutir a gestão democrática da escola, o financiamento da educação, a valorização dos profissionais, bem como a compreensão da Escola Pública como espaço privilegiado de representação da diversidade regional, cultural e religiosa presente em nosso país.

Portanto, é um assunto de suma importância que envolve também a cultura da democracia, do respeito às diferenças, além de possibilitar maior aprofundamento de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais, aprendidos de geração em geração, próprios da cultura de um povo.

É uma oportunidade de envolver os parlamentares em uma reflexão coletiva, com a participação de alunos, educadores e outras autoridades no assunto, que contribuirá para a readequação das elaborações sobre Educação que fortaleça a escola como um espaço de reafirmar a

diversidade e os direitos, na perspectiva de atualização da Base Nacional Comum Curricular.

Penso que quanto maior participação da sociedade no debate sobre a educação, mais chance a educação brasileira terá de se inserir em um lugar que merece, um lugar de destaque, pois é a política pública mais generosa, a prática mais humana, considerando-se a profundidade e a amplitude de sua influência na existência das pessoas. Ela lida com pessoas e estas carregam suas emoções, sua ancestralidade, seus valores, sua comunidade. E é de responsabilidade do estado, da família e da sociedade, conforme prevê o art. 205 da CF: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Percebo que as várias polêmicas em torno da educação residem na visão do caráter transformador e humanizador da educação versus uma visão conservadora, que insiste em desumanizar os cidadãos, ferindo sua dignidade. E humanidade é mais que direito, é dignidade humana, que pressupõe o direito à existência pelo fato de ser humano. Se se parcializa a dignidade, pratica-se a discriminação, a desumanização. E não é digno ignorar a riqueza das várias matizes de uma mesma questão; absolutizar o processo educacional e reduzir os educadores e estudantes a seres incapazes de pensar, de exercer a sua humanidade, a sua cidadania.

A Educação, como pensava Paulo Freire, não é uma doação ou imposição, mas uma devolução dos conteúdos elaborados pela humanidade e coletados na própria sociedade, que depois de sistematizados e organizados, são devolvidos aos indivíduos na busca de uma construção de consciências críticas frente ao mundo. É educando pela conscientização do “educando” que Freire fundamenta a união entre a educação e o processo de mudança social. Assim, podemos alterar ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais, solidificando uma cultura democrática e participativa.

Sendo assim, as pessoas, seres incompletos, tomam consciência do seu inacabamento e buscam, por meio da educação, realizar mais plenamente sua personalidade. A partir desta visão torna-se tarefa primordial da educação levar o ser humano o mais próximo possível da perfeição.

Ensinar é, portanto, buscar, indagar, constatar, intervir, dialogar, educar. O ato de ensinar exige conhecimento e, consequentemente, a troca de saberes. Pressupõe-se a presença de indivíduos que, juntos, trocarão experiências de novas informações adquiridas, respeitando também os saberes do senso comum e a capacidade criadora de cada um.

Portanto, escola para ser um ambiente favorável à aprendizagem requer uma relação sociedade-professor-aluno de diálogo, que contribua para a curiosidade, a criatividade, o raciocínio lógico, o estímulo à descoberta, valorizando o respeito mútuo.

Ante o exposto, entendo que a audiência pública sugerida será uma oportunidade ímpar para que os especialistas, as entidades sindicais e estudantis possam esclarecer as dúvidas que os Parlamentares têm a respeito da matéria, além de contribuir com sugestões.

Assim, Senhor Presidente, é de extrema importância que esta Comissão debata este assunto, razão pela qual solicito aos nobres pares a aprovação da presente Audiência Pública.

Sala da Comissão, em 03 de novembro de 2016.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**